

30 de Agosto

Edição Especial

março 2008



MATERIAL PARA DEBATE NAS ESCOLAS

14 de março

Dia de Mobilização Nacional e Estadual

*Professores, professoras
Funcionários e funcionárias,*

Neste 14 de março, educadores de todo o país, mais uma vez se mobilizam pela valorização da nossa profissão e da educação pública. Esta tem como objetivos principais a aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para o professor e a profissionalização e a instituição de carreira para os funcionários de escolas.

Tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei que institui o Piso Mínimo de R\$ 950,00 para os professores com formação de nível médio (magistério) por uma jornada de 40 horas e com 30% de hora-atividade. Embora esta não seja a proposta apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), traz avanços para o conjunto dos educadores brasileiros. Hoje, na rede estadual do Paraná o Piso Inicial é de R\$ 843,86 por 40 horas, com 20% de hora-atividade. Além do PSPN, tramita no Congresso outro projeto importante para os educadores, o PL6.206/2006, que inclui na LDB a definição dos funcionários de escolas como profissionais da educação.

Os educadores de todo o país querem realizar em 14 de março uma grande mobilização e debate nacional para

Pauta estadual:

Equiparação salarial já!

38,57% de reajuste

Plano de carreira dos funcionários

Cargo de 40 horas - Aposentadoria especial para diretores e pedagogos - Saúde

Pauta nacional:

-Aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional

-Profissionalização e carreira para os funcionários de escola

Dia Estadual de debate nas escolas

Concentração às 9 horas na Praça Santos Andrade, em Curitiba, com caminhada até o Centro Cívico

Envie representantes da sua escola. Participe!

pressionar os parlamentares.

Paraná - Neste dia colocaremos em evidência nossa campanha salarial. Reivindicamos a equiparação salarial, a aprovação do Plano de Carreira dos Funcionários, a implementação do cargo de 40 horas e da aposen-

tadoria especial para diretores e pedagogos, além da melhoria no atendimento da saúde dos educadores.

Em maio do ano passado conquistamos 17,04% de reposição para os professores, 3,34% para os funcionários (índices corres-

pondentes a defasagem inflacionária de cada segmento) e a garantia em lei da reposição anual inflacionária a cada 1º de maio.

O desafio deste ano é conquistar índices superiores ao da inflação a fim de alcançarmos a equiparação salarial. Para equiparar os salários dos professores e professoras aos dos demais servidores públicos com a exigência de ingresso de nível superior, precisaremos ter um reajuste de 38,57%.

A data de 8 de março deste ano, momento em que de forma organizada questionamos as injustiças e a discriminação estrutural cometida às mulheres, trazemos uma reflexão importante para a valorização da profissão, ocupada majoritariamente pelas mulheres.

O valor pago ao trabalho das mulheres historicamente tem sido inferior ao dos homens. A equiparação contribuirá para superarmos a desigualdade.

Para marcar a mobilização nacional de 14 de março, estamos solicitando que cada escola faça neste dia um debate entre os educadores (professores e funcionários) a fim de potencializar a melhoria e a valorização da profissão. Este material tem o objetivo de contribuir com a discussão em sua escola.

Bom debate!

Dia 14 de março - Dia Estadual de Debate nas escolas

Concentração às 9h na Praça Santos Andrade - Curitiba

Caminhada até o Centro Cívico

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR • ano XVII • Edição Especial nº 130
Rua Voluntários da Pátria, 475 - 14º andar - Ed. Asa - Fone 41 3026-9822 - CEP: 80020-926 - Curitiba - PR
Gestão independência, democracia e luta

Mobilização Nacional: categoria unida para transformar PSPN em Lei

Entidades de educação se mobilizam em todos os estados do país pela aprovação do PSPN

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reforça a campanha pela aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). No dia 14 de março a CNTE organiza uma grande mobilização nacional com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional para aprovação de projetos importantes para educação: piso salarial dos educadores, profissionalização e carreira para funcionários de escola.

A luta pela aprovação do PSPN vem de longa data. No ano passado, o mote da campanha era "Pague o piso ou pague o preço". O Projeto de Lei Nº 619/07, que tramita na Câmara dos Deputados, instituiu o Piso Mínimo para professores com formação em magistério.

A expectativa dos educadores era

de que o PSPN fosse aprovado no ano passado e implementado no início de 2008. No entanto, o projeto ainda está tramitando.

Hora-Atividade

Com a implantação do PSPN será obrigatória a hora-atividade de 30% para todos os professores

O PSPN está inserido no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal. A proposta atual do Congresso ainda está aquém do projeto defendido e apresentado pela categoria.

A proposta inicial do governo era pagar o piso nacional de R\$ 850,00 para habilitação de nível médio, com jornada de 40 horas semanais e 30% de hora-atividade. A CNTE apresentou um piso de R\$ 1.050,00 por uma jornada de 30 horas e 30% de hora-atividade. (veja na tabela abaixo). A Confederação defendeu também um piso de R\$ 1.575,00 para os professores com habilitação de nível superior e a instituição de um piso para os funcionários de escola.

Um substitutivo ao projeto de Lei 619/07 foi aprovado em outubro do ano passado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. O documento prevê o PSPN de R\$ 950,00 para jornada de 40 horas semanais, devendo 1/3 (um terço) da mesma ser reservada à hora atividade.

Confira as propostas:

Autor	Jornada	Nível Médio	Hora atividade
Proposta inicial do Governo Federal	40h	R\$ 850,00	30%
CNTE/APP	30h	R\$ 1.050,00	30%
Proposta aprovada Comissão de Educação	40h	R\$ 950,00	30%

A educação não pode parar

Durante o 30º Congresso Nacional da CNTE, ocorrido em janeiro deste ano, que contou com representantes de várias entidades ligadas à defesa e promoção da educação, houve uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu os representantes e se comprometeu com a categoria.

Na ocasião, o governo federal se comprometeu em editar uma Medida Provisória caso o projeto que estabelece o PSPN para professores não seja aprovado pelo Congresso Nacional até maio.

Os objetivos do PSPN consistem em:

- Valorizar a carreira e recuperar a dignidade dos profissionais da educação,
- Melhorar a qualidade do ensino por meio de profissionais mais qualificados e melhor remunerados,
- Combater as desigualdades regionais a fim de possibilitar a elevação das condições de trabalho, de formação e de remuneração de todos os profissionais da educação no país.

* São fatores indissociáveis ao PSPN a carreira, a formação, e a jornada de trabalho.

Carreira e profissionalização dos Funcionários presentes na pauta do Congresso

A mobilização do dia 14 também tem objetivo de pressionar os parlamentares para agilizar a tramitação de dois projetos de Lei: o de Nº. 6.206/2006 e o 1.592/2003.

O PL 6.202/ 2005, apresentado pela senadora Fátima Cleide, visa reconhecer os funcionários de escola como profissionais da educação, na LDB, a fim de que esses também se credenciem a receber o piso nacional. Além disso, o projeto estabelece, entre outros, um prazo de dois anos, a partir da publicação da lei, para regulamentar o PSPN de todos os profissionais da educação.

No entanto, apesar do PL da senadora regulamentar o artigo 206 da Constituição Federal, para que o PSPN seja válido para todos os profissionais de educação – docentes, pedagogos, funcionários de escola, direção e administração escolar - é preciso ainda aprovação do projeto de Lei 1.592/2003, do deputado Carlos Abicalil, que trata das diretrizes nacionais da carreira desses profissionais de educação.

Com a aprovação desses proje-

tos de profissionalização haverá a ampliação para a universalização de todos os funcionários de escola (área 21) para todo o Brasil. O funcionário de escola passará a ser reconhecido constitucionalmente através da carreira específica da educação e ingressará na escola por meio de concurso público.

Profissionalização dos Funcionários de Escola

A APP-Sindicato traçou junto com instituições e sindicatos de educação de todo o país o caminho da valorização dos funcionários escola. Por isso, reconhece a importância do processo de profissionalização e formação dos funcionários.

A partir da Resolução nº 5/2005 do Conselho Nacional de Educação (CNE) foi criada a 21ª Área na Educação Profissional: Serviço de Apoio Escolar. Por meio do Parecer CNE/CEB nº 16/2005 instituiu-se as diretrizes curriculares para a formação nessa área profissional.

A formação técnica profissional dos funcionários de escolas é com-

posta de quatro habilitações. Os funcionários serão reconhecidos como Agentes em Manutenção de Infra-estrutura Escolar, Agentes em Alimentação Escolar, Agentes de Interação Escolar, Agente em Administração Escolar, Agente em Multimeios Didáticos Escolar. No entanto, os trabalhadores da educação integrados nesta área, para serem reconhecidos profissionalmente, terão de ser habilitados no curso ofertado pelo governo federal por meio do programa Profucionário ou em outros cursos profissionalizantes que contemple a formação na Área 21.

Profucionário no Paraná –O Paraná superou o processo de terceirização, preocupante na maioria dos estados e municípios brasileiros, e tem investido na formação dos funcionários de escola. O Profucionário foi implantado em 2006 com o objetivo inicial de profissionalizar pelo menos 50% do segmento funcionários até 2010. A coordenação atual do Programa no Estado conta com representantes da SEED

e APP-Sindicato, que capacitaram, no ano passado, 38 turmas, contabilizando 1.023 funcionários de escola. Para 2008, a estimativa é que aproximadamente dois mil funcionários integrem o programa.

Nunca Pare de Sonhar

"Hoje é a semente do amanhã...
... Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será."

Gonzaguinha

Pague o PISO OU Pague o PREÇO

O PISO SALARIAL NACIONAL É A BASE DA EDUCAÇÃO

CNTE CUT

EXPEDIENTE: APP-Sindicato - Filiação à CUT e à CNTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822, Fax (41) 3222-5261 www.app.com.br • Presidente: José Rodrigues Lemos • Sec. Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha. Jornalistas: Valnísia Manguiera (893-SE), Simone Giacomelli (4441-PR) e Andréa Rosendo (4962-PR) - Diagramação: Jacqueline Licadloff (DRT 4672-PR) - Impressão: Gráfica World Laser - Tiragem: 20 mil exemplares.

Gestão Independência, Democracia e Luta - 2005-2008

José Rodrigues Lemos - Presidente - Idemar Vanderlei Beki - Secretária Geral - Salomira Cristina Bocalon - Secretária de Finanças - Janeslei A. Albuquerque - Secretária Educacional - José Valdivino de Moraes - Secretária de Funcionários - Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Políticas Sindicais - Élide Bueno - Sec. Adm. e Patrimônio - Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais - Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação - Sérgio Marson - Secretária de Assuntos Jurídicos - Sabina da Silva Turbay - Secretária de Aposentados - Silvana Prestes Rodacoswiski - Secretária de Políticas Sociais - Marlei Fernandes de Carvalho - Secretária de Organização - Maria Madalena Ames - Sec. de Formação Sindical - José Ueldes Camilo - Secretária de Sindicalizados

Quanto vale o trabalho do educador e da educadora?

Em 2006, lançamos uma das campanhas salariais mais importantes de nossa história. O lema “Basta de Discriminação: Pela Equiparação Salarial e Plano de Carreira dos funcionários de escolas” unificou toda nossa categoria. Levamos ao governo e à sociedade paranaense uma reflexão importante sobre o valor do trabalho dos educadores. Reivindicávamos **56,94% de reposição salarial** para equiparar o piso inicial dos professores aos demais servidores do Estado com carreira de nível superior.

A campanha conseguiu fazer uma interessante relação entre o valor pago ao trabalho dos educadores e educadoras com o valor pago ao trabalho das mulheres na sociedade atual. Pelo fato de nossa categoria ser majoritariamente feminina, o valor de nosso trabalho tem sido desprestigiado financeiramente. E isto é discriminação!

Embora não tenhamos atingido os 56,94% e a aprovação do Plano de Carreira para os funcionários, a campanha foi vitoriosa. Após um intenso calendário de mobilização e negociação conquistamos no final de 2006 a aprovação da Emenda Constitucional nº 21 que ampliou de 25% para 30% os recursos da receita do estado destinados à educação. Isto fez com que o orçamento da educação fosse acrescido de cerca de 500 milhões em 2007.

Em 2007, conquistamos no mês de maio 17,04% de reposição para



3º MARCHA DA EDUCAÇÃO - Foram várias as mobilizações no ano de 2006. Entre elas destacaram-se: a paralisação do dia 28 de março; a vigília estadual de 48 horas pela data-base; a III Marcha da Educação de Ponta Grossa até Curitiba de 15 a 20 de junho; mobilizações na Assembleia Legislativa que garantiram a aprovação dos PLS 149/06 (equiparação salarial) e 150/06 (Plano de Carreira dos funcionários) vetados posteriormente pelo governador; e a paralisação de 30 de agosto.

os professores e 3,34% para os funcionários (índices correspondentes as defasagens inflacionárias de cada segmento a partir do última reposição) e o compromisso público do governador, no final do ano, de implementação do Plano de Carreira dos Funcionários em 2008.

Tão importante quanto a conquista dos índices de reposição para professores e funcionários foi a instituição do 1º de maio como data base para a reposição das perdas inflacionárias de cada ano estabelecido no artigo sétimo da Lei 15.512, de 31/05/2007.



Além de paralisar as aulas, milhares de educadores participaram no dia 24/04/07 de caminhada em direção ao Palácio Iguacu, em Curitiba. Na paralisação de 30 de agosto de 2007, o governo acata proposta de criação das comissões do cargo de 40 horas e do plano de carreira para os funcionários.

Equiparação Salarial Já! 38,57% de reajuste!

A campanha salarial lançada em 2006 obteve importantes avanços para a categoria. No entanto, ela não terminou. Queremos concretizar a equiparação salarial e o plano de carreira dos funcionários em 2008. Este é o momento de realimentá-la com muita ousadia, luta e união.

A reposição das perdas inflacionárias está prevista para 1º de maio. De maio de 2007 a abril de 2008, segundo os cálculos do Dieese, a

inflação deve fechar em torno de 4,5 a 5%. O desafio de nossa campanha salarial é o de garantir a reposição da inflação e de avançar na conquista dos 38,57% de reajuste. Assim reivindicamos: reposição da inflação + 38,57% para conquistarmos a equiparação.

Com a equiparação salarial, o governador do Paraná dará um importante passo para a concretização de seu compromisso assumido duran-

te a última campanha eleitoral.

“Para o melhor ensino do Brasil, até o fim de nosso governo queremos ter para nossos professores o melhor salário do País. É uma proposta continuada que se suporta na elevação dos investimentos em educação para 30% do orçamento total”.

(Governador Roberto Requião em 26/02/07)

56,94% era o percentual necessário para a equiparação em 2006.

Uma professora com licenciatura plena em início de carreira recebia em 2006 por 40 horas: **R\$1.330,48** (R\$1.030,00 + 300,48 de auxílio transporte).

Um servidor público Agente Profissional (nível superior) recebia **R\$2.088,00**.

38,57% é o percentual atual para a equiparação, após a reposição de **17,04%** conquistada em maio de 2007.

Hoje, um professor com licenciatura plena em início de carreira recebe por 40 horas: **R\$ 1.557,18** (R\$ 1205,50 + R\$ 351,68 de auxílio transporte).

Um servidor Agente Profissional tem como vencimento inicial: **R\$ 2.157,73**.

Uma diferença de R\$ 600,60, ou seja, 38,57%.

Atuação da APP-Sindicato garantiu a aplicação dos 30% para a educação

A atuação do sindicato tem sido fundamental para avançarmos em ganhos salariais e na melhoria das condições de trabalho dos educadores. Foi assim que garantimos a alteração do cálculo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, a garantia do pagamento dos aposentados no orçamento geral do Estado e da PRPREVIDÊNCIA e não no cálculo dos 30% destinados à educação; e recentemente a garantia da aplicação dos 30% constitucionais na educação.

No final de 2007, a diretoria da APP-Sindicato solicitou do Dieese um relatório de acompanhamento do percentual investido e previsto na educação. O relatório feito pelo economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Cid Cordeiro, indicou que o governo fecharia o ano sem cumprir a Emenda 21. Esta determina a destinação dos 30% para a educação. Segundo o relatório, ainda faltava o investimento de cerca de R\$ 120 milhões equivalente a 1,2% da receita do Estado. Isto ocorreu por que a Secretaria da Fazenda incluiu no cálculo o pagamento dos aposentados.

Esta cobrança fez com que no último mês do ano o governo liberasse recursos para a educação. Assim, pendências financeiras antigas da educação foram pagas. Foi o que aconteceu com as progressões e promoções em atraso. Uma folha complementar no dia 28 de dezembro regularizou boa parte destas. Para atingir os 30%, o governo também contabilizou em dezembro de 2007 o pagamento de um terço de férias, efetuado em janeiro de 2008.

Equiparação é viável

No planejamento das atividades de 2008, a diretoria da App-Sindicato reuniu-se com Cid Cordeiro para elaborar os passos da campanha salarial deste ano. O Dieese tem sido um aliado importante para a nossa categoria. Tem nos dado uma segurança técnica importante na análise das finanças do Estado. Ano a ano as estimativas de receita e despesas do Dieese têm se configurado mais confiáveis do que as do próprio governo. Segundo Cid Cordeiro, as condições são favoráveis para o reajuste dos educadores.

“ Para respondermos a esta questão, nós temos que olhar a situação fiscal, do gasto com pessoal, a receita corrente líquida e também as condições financeiras do Estado. Em relação às condições fiscais, nós estamos em um patamar tranquilo. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece um limite de gasto com pessoal de 46,55% em relação com a receita corrente líquida. No Paraná, atingimos nos doze meses encerrados em agosto, que é o último dado disponível, 43,34%. Então, há uma boa margem fiscal para você atender as reivindicações dos servidores. Quanto à margem financeira, a situação do Estado teve um bom desempenho em 2007. A Secretaria da Fazenda estimava o crescimento da receita em 6% e este crescimento deve fechar em 10% em relação ao ano anterior - o que bate com o que nós, do Dieese, tínhamos previsto no início do ano”.

Plano de Carreira dos Funcionários já!

A mobilização do dia 30 de agosto de 2007 fez com que as negociações sobre o Plano de Carreira para os funcionários fossem retomadas. A criação da comissão paritária, integrada por representantes da APP-Sindicato e do governo, trouxe nova perspectiva de avanço para a categoria. Em dezembro de 2007, em cerimônia de formatura de turmas do Profucionário, em Curitiba, o governador assumiu publicamente o compromisso de implementação do plano no primeiro semestre de 2008.

O Cargo de 40 horas trará mais segurança para os educadores

Além da aprovação do plano de carreira e a equiparação salarial, nossa campanha traz outras reivindicações importantes, destacando o cargo de 40 horas, a aposentadoria especial para os diretores e a melhoria do atendimento da saúde dos educadores. Estas, somadas à redução do número de alunos por turma, à ampliação da hora-atividade e do porte das escolas, têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos professores e funcionários paranaenses.

No último dia 25 de fevereiro a diretoria da APP-Sindicato reuniu-se com o secretário de Educação Maurício Requião para dar sequência às negociações sobre itens importantes da pauta de reivindicação da categoria. Um dos itens bastante debatido foi a implantação do cargo de 40 horas. A comissão designada para elaborar os critérios e o regulamento da opção à alteração de jornada já finalizou os trabalhos. Uma minuta de Resolução está em poder do Secretário. No entanto, a Seed ainda não terminou o cálculo do impacto financeiro da medida. Para efeito de cálculo, a Secretaria efetuou uma classificação dos professores de acordo a proposta de Resolução elaborada pela comissão criada para definição dos



Audiência realizada no dia 25/02/08

Em audiência com o sindicato realizada no último dia 25 de fevereiro, o secretário de educação assumiu o compromisso de finalizar a elaboração do plano até 25 de abril. Em seguida este será apreciado e encaminhado pelo governador à Assembléia Legislativa do Estado.

A diretoria da APP-Sindicato tem levado à comissão do plano as várias propostas apresentadas pela categoria. Além disso, convocará um encontro específico para a análise da proposta finalizada pela comissão.

critérios da alteração de jornada. Na sequência, a diretoria da APP voltará a debater o tema com o governo, a fim de estabelecer número de vagas e o calendário de oferta da opção ao cargo de 40 horas.

Aposentadoria especial para diretores e pedagogos - Infelizmente, o governo ainda não tomou posição favorável à reivindicação do sindicato. O secretário apresentou um novo complicador: recentemente, o Tribunal de Contas do Paraná aprovou um acórdão contrário à extensão do direito à aposentadoria especial para diretores e pedagogos. O sindicato entende que a posição do Tribunal está equivocada, visto que a Lei 11.301/06 está em pleno vigor. A direção da APP já solicitou audiência com o Tribunal de Contas para debater a questão.

Sugestões para a organização do debate em sua escola:

- 1) Organize com antecedência em sua escola um momento específico para a realização do debate do dia 14 de março.
- 2) Antes do dia 14, defina representantes de sua escola para participar da mobilização estadual em Curitiba.
- 3) Orientamos que as escolas preferencialmente reservem as duas últimas aulas para a realização do debate sobre a campanha nacional e estadual.
- 4) É fundamental que o conjunto de professores, pedagogos e funcionários participem da leitura e debate deste material.
- 5) Dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas para o e-mail: imprensa@app.com.br
- 6) Reflita coletivamente sobre como sua escola pode envolver os pais e a comunidade escolar na defesa da escola pública e da valorização dos educadores.
- 7) É fundamental que os professores e funcionários de sua escola organizem o envio de e-mail para os parlamentares paranaenses a fim de solicitar o apoio e o voto ao Piso Salarial Profissional Nacional e o Projeto de Lei 6.206/06, que inclui os funcionários de escolas como profissionais da educação na LDB.

Envie e-mails para os parlamentares paranaenses

DEPUTADOS FEDERAIS

ABELARDO LUPION	PFL	dep.abelardolupion@camara.gov.br
AFFONSO CAMARGO	PSDB	dep.affonsocamargo@camara.gov.br
AIRTON ROVEDA	PPS	dep.airtonroveda@camara.gov.br
ALCENI GUERRA	PFL	dep.alceniguerra@camara.gov.br
ALEX CANZIANI	PTB	dep.alexcanziani@camara.gov.br
ALFREDO KAEFER	PSDB	dep.alfredokaefer@camara.gov.br
ANDRE VARGAS	PT	dep.andrevargas@camara.gov.br
ANGELO VANHONI	PT	dep.angelovanhoni@camara.gov.br
ASSIS DO COUTO	PT	dep.assisdocouto@camara.gov.br
BARBOSA NETO	PDT	dep.barbosaneto@camara.gov.br
CEZAR SILVESTRI	PPS	dep.cezarsilvestri@camara.gov.br
CHICO DA PRINCESA	PR	dep.chicodaprincesa@camara.gov.br
DILCEU SPERAFICO	PP	dep.dilceusperafico@camara.gov.br
DR. ROSINHA	PT	dep.dr.rosinha@camara.gov.br
EDUARDO SCIARRA	PFL	dep.eduardosciarra@camara.gov.br
GIACOBO	PR	dep.giacobo@camara.gov.br
GUSTAVO FRUET	PSDB	dep.gustavofruet@camara.gov.br
HERMES PARCIANELLO	PMDB	dep.hermesparcanello@camara.gov.br
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	dep.luizcarloshauly@camara.gov.br
LUIZ CARLOS SETIM	PFL	dep.luizcarlossetim@camara.gov.br
MAX ROSENMANN	PMDB	dep.maxrosenmann@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTO	PMDB	dep.moacirmicheletto@camara.gov.br
NELSON MEURER	PP	dep.nelsonmeurer@camara.gov.br
ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	dep.odilibalbinotti@camara.gov.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	dep.osmarserraglio@camara.gov.br
RATINHO JUNIOR	PSC	dep.ratinhojunior@camara.gov.br
REINHOLD STEPHANES	PMDB	dep.reinholdstephanes@camara.gov.br
RICARDO BARROS	PP	dep.ricardobarros@camara.gov.br
ROCHA LOURES	PMDB	dep.rochaloures@camara.gov.br
TAKAYAMA	PAN	dep.takayama@camara.gov.br

SENADORES

Alvaro Dias	PSDB	alvarodias@senador.gov.br
Flávio Arns	PT	flavioarns@senador.gov.br
Osmar Dias	PDT	osmardias@senador.gov.br

Participe da campanha salarial! Você é parte dela!

Convidamos todos educadores e todas educadoras a somarem forças em nossa campanha. Já no dia 08 de março - dia internacional da mulher - apresentaremos nas atividades públicas a importância do combate à desvalorização das profissões majoritariamente ocupadas pelas mulheres.

No dia 14 de março indicamos a realização de debates em todas as escolas e ato público em Curitiba, com caminhada até o Centro Cívico.

Audiência - Já está confirmada para o dia 14 de março audiência entre a APP-Sindicato e o governo, no Palácio das Araucárias, para debater a pauta nacional e estadual.

29 de março - Assembléia Estadual da APP-Sindicato

14 de março - Dia Nacional e Estadual de Mobilização - Concentração na Praça Santos Andrade, às 9h. Caminhada até o Centro Cívico - Envie representantes de sua escola.